

A Modernização da Força Naval Brasileira como Instrumento de Consolidação Geoestratégica e Geopolítica do Brasil no Atlântico Sul.

CMG (RM1) Luiz Mendes Dias

Aspirante Nícholas Mendes do Nascimento Salvador
Aspirante João Luis Potyguara Pereira Ferreira Lima
Aspirante Christian Toshio Ito
Aspirante João Victor de Alexandria Silva
Aspirante Pedro Henrique de Sousa Ribeiro

Escola Naval, Ilha de Villegagnon, Rio de Janeiro.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a importância do reaparelhamento da Marinha do Brasil com meios adequados ao combate em “águas azuis” frente às mudanças geoestratégicas e geopolíticas do Atlântico Sul no mundo multipolar pós-Guerra Fria. Para atender ao objetivo do presente artigo foi utilizada a pesquisa bibliográfica em trabalhos acadêmicos como artigos e livros e em publicações oficiais do Ministério da Defesa e da Marinha do Brasil. Como resultado é apresentado a necessária modernização dos meios navais e aeronavais da Armada brasileira para a consecução dos objetivos de Estado do Brasil e garantia dos interesses nacionais no Atlântico Sul, à luz das especificidades do entorno estratégico brasileiro.

Palavras-chave: poder marítimo, programas estratégicos, Atlântico Sul, poder naval, geopolítica, geoestratégia.

1. A importância do Atlântico Sul para o Brasil

O papel dos mares e oceanos para a evolução da humanidade é extremamente importante; é por ele que é realizada a maioria dos comércios internacionais e por onde são retiradas recursos, como pescado e petróleo. Todavia, para que uma nação consiga impor sua soberania em suas águas jurisdicionais são necessárias uma série de medidas, como reforço na segurança e vigilância para que se negue o uso do mar e haja controle das áreas marítimas. O interesse das nações a respeito do uso do mar ganhou força, principalmente, a partir da teoria do poder marítimo (1890) de Alfred T. Mahan, no qual foram ressaltados os aspectos militares e econômicos para as grandes potências através das atividades marítimas, e seu estudo por políticos e diplomatas norte-americanos.

O Brasil é o país sul-americano com maior extensão de seu litoral, que se projeta para a África Ocidental. Além disso, sua posição é estratégica e cobiçada em meio ao Atlântico Sul, possuindo rotas comerciais favoráveis (conexão interoceânica) e presença de recursos

minerais em abundância. Dessa forma, diversas potências extrarregionais vêm dirigindo suas atenções às oportunidades que o Atlântico Sul tem a oferecer, o que obriga os países costeiros a se fortalecerem e buscarem acordos de cooperação entre si.

O Atlântico Sul, nos períodos das Guerras e da Guerra Fria, não possuiu papel de destaque no que diz respeito à exploração da região, mas servia como rota estratégica tendo em vista sua proximidade aos Oceanos Pacífico, Antártico e Índico. A fim de manterem seus domínios, potências ocidentais buscaram tratados e acordos com os países costeiros, almejando a securitização das linhas de comunicação marítimas. Entretanto, a essência desses acordos beneficiava em sua maioria aqueles de maior poderio e influência, não sendo tão interessantes para, por exemplo, os países Sul-Americanos e africanos. Isso ficou evidente com o início da guerra das Malvinas, no qual ficou explícito que apenas um dos lados estava ganhando.

No final da década de 1980, o Brasil juntamente a alguns países africanos, em especial a Nigéria, fomentaram a ideia de se criar uma zona de paz e cooperação entre os países do Atlântico Sul (ZOPACAS), já que havia crescente preocupação com a ocupação e militarização por parte de nações extrarregionais, em especial EUA devido ao transcorrer da Guerra Fria. A proposta se embasava em estreitar os laços entre os países dos dois continentes e otimizar os recursos existentes em seus litorais, através de maior securitização e tratados bilaterais. Posteriormente, os países componentes da ZOPACAS se comprometeram em concretizar o preconizado no Tratado de Não Proliferação e promover uma zona livre de armamento de cunho nuclear. Com isso, o Brasil seria capaz de articular seus interesses políticos, assegurando suas linhas comerciais e segurança costeira.

A articulação entre os países do Atlântico Sul é de certa forma facilitada pela complementação existente em seus comércios e por objetivos comuns, seguindo modelo desenvolvimentista. Somando o fato de que quase a totalidade das exportações brasileiras são feitas por via marítima aos recursos minerais e animais encontrados na região, a procura de aumentar sua influência e manter soberania nas proximidades é fundamental e primordial.

A Grã-Bretanha possui um conjunto de ilhas e arquipélagos no Oceano Atlântico, como ilhas que vão das Malvinas até Ascensão, nas quais são realizados patrulhamento e pesquisas. Criando um desconforto ainda maior aos países regionais, os EUA reativaram, em 2008, a IV Frota Naval, também com realizações de patrulhas e vigilâncias nas proximidades da costa brasileira.

Em meio a esse cenário, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa (decreto nº6703, 2008) têm como prioridade o Atlântico Sul com o propósito de maximizar o poderio das forças armadas e, conseqüentemente, elevar a capacidade de defesa territorial e projetar influência em seu entorno estratégico. Com a ascensão do conceito de Amazônia Azul e a elaboração da END, a Marinha do Brasil ficou incumbida de garantir a fiscalização, controle e exploração dessa riquíssima região. As “tarefas básicas” da MB são de negar o uso do mar ao inimigo, controlar e defender as linhas comerciais marítimas e projetar o Brasil em sua área de influência. Para isso, diversos projetos estão em andamento a fim de deslumbrar uma melhoria nos aparatos tecnológicos e militares para o cumprimento dessas tarefas, como o Programa Nuclear, o PROSUB (vislumbrando a construção de um submarino de propulsão nuclear) e o sistema de gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), com intuito de se reforçar o monitoramento. Dessa forma, através da ZOPACAS, Brasil e seus

países de fronteiras marítimas (como Senegal e Angola) estão em busca de acordos de melhoria em suas indústrias, fomentando pesquisas científico-militares (modernização tecnológica e relativa diminuição da dependência das potências ocidentais).

E por que, então, o Brasil necessita de reforçar e modernizar seus aparelhos de segurança? Primeiramente, o país é, de certa maneira, vulnerável a ameaças externas através do Atlântico por possuir um grande litoral. Outro aspecto é a descoberta de reservas petrolíferas nas camadas de pré-sal, que aumentaram as atenções na região e, conseqüentemente, sua delicadeza, necessitando de mais dedicação e investimento. Por outro lado, o interesse geopolítico do Brasil com a END é de projetar sua soberania no entorno estratégico (Amazônia Azul, América do Sul e Costa Ocidental da África), possuindo equipamentos modernos e capacidade de vigilância e fiscalização. Dessa forma, o país conseguiu atrelar sua política externa com políticas de defesa e segurança, mostrando presença e força no Atlântico. Seguindo os aspectos mencionados por Mahan (1890 – teoria do poder marítimo), o Brasil deve explorar suas condições favoráveis uma vez que possui posição geográfica privilegiada, vasta extensão territorial (sendo o país com maior litoral banhado pelo Atlântico Sul) e conformação física adequada.

Sendo considerado uma potência regional, o Brasil procura, de acordo com suas políticas externas, encabeçar projetos, acordos e tratados com propósito de engrandecer suas relações diplomáticas com os países dos dois lados do Atlântico, ao participar de fóruns regionais, e se firmar ainda mais como Estado Soberano. As relações cooperativas, aliadas com as medidas de segurança e defesa, vão servir de auxílio à evolução da ZOPACAS; fazendo com que, futuramente, haja a possibilidade de se livrarem as ameaças extrarregionais, garantindo a manutenção das rotas comerciais.

O Atlântico Sul, por tudo que representa, é de extrema importância para o Brasil, tendo em vista que satisfaz diversas preocupações políticas, como aspectos econômicos e de defesa. A região é rica em biodiversidade, o que confere a ela possibilidade de se extrair recursos animais, como pescado, e de se extrair recursos minerais, em especial após a descoberta das camadas de pré-sal. Além disso é de posição estratégica privilegiada, na qual passam diversas linhas comerciais marítimas e é região de ligação interoceânica. Entretanto, todos esses pontos positivos trazem a necessidade de melhoria e investimento em modernização nas forças armadas, principalmente na MB para que haja o correto cumprimento de suas tarefas.

Atrelado a isso, o país tem sua política externa voltada a ser influência em seu entorno estratégico e a melhor forma de fazê-lo é pelo que possuem em comum: Atlântico Sul. O Brasil tomou iniciativa de projetos para avanços e melhorias nos seus aparatos militares e, paralelamente, de acordos e alianças com os demais países (com intuito de se fortalecerem contra as ameaças externas). Assim, o país será capaz de deter o controle de suas águas, projetar o poder sober mar e terra e garantir a segurança de seu comércio.

2. O entorno estratégico brasileiro: o poder marítimo e o poder naval – estudo de caso acerca das capacidades brasileiras de expansão geopolítica no mundo multipolar

O Atlântico Sul é o espaço marítimo de foco primordial e vocacional do Brasil. A negação do uso do mar, bem como o controle das áreas marítimas e a projeção de poder são, segundo a estratégia nacional de defesa (END), o objetivo básico de atuação da MB não só na defesa do país, mas também como objetivo constituinte de suas variadas atividades-chave. O

entorno estratégico brasileiro no atlântico sul é, portanto, o pilar da expansão de influência e do crescimento diplomático do Brasil, fruto não só de fatores econômicos e políticos, mas também de poderio militar, o qual é, inclusive, uma das bases do desenvolvimento das esferas anteriores.

Adaptando a teoria do poder marítimo de Alfred Thayer Mahan à realidade brasileira, é possível encontrar pontos em que sua aplicação parece imediata, ou, pelo menos, de utilidade inegável ao espaço geopolítico do país, resguardando-nos, naturalmente, do fato de contarmos somente com um oceano, como limitante fronteira a leste, não sendo possível o luxo de manter exclusivamente uma Marinha bem desenvolvida em detrimento da importância de forças terrestres. O aspecto mais divergente da teoria original de Mahan e o pilar de sua adaptação ao panorama do Brasil, talvez seja, contudo, não simplesmente as características físicas do país, senão o próprio emprego de seus meios navais e, principalmente, o emprego conjunto desses à projeção de poder em terra, inegavelmente essencial para a realidade marítimo-terrestre da nação.

Ainda dentro da teoria de Mahan, é necessário chegar à máxima aplicabilidade de seu potencial à conjuntura brasileira. Desse ponto de partida, é notável historicamente a importância que o Brasil sempre dispensou a sua marinha, na tentativa de manter a superioridade relativa aos Estados latino-americanos mais competitivos consigo nesse aspecto. Os altos e baixos econômicos, no entanto, foram sempre um fator limitante no crescimento militar brasileiro, e também o foi o fato de o país não utilizar seus meios militares como forma de impulsionar o crescimento tecnológico. Nesse aspecto, a preocupação do Brasil com seus meios navais e seu desenvolvimento esteve, exceto algumas exceções, à parte do desenvolvimento da indústria bélica nacional, o que compromete não só o desenvolvimento econômico do país, como também sua capacidade de defesa por meios obtidos com tecnologia própria.

Nesse contexto Mahaniano, e reconhecida a posição defensiva brasileira, é notável a postura doutrinária e a constituição de meios da Marinha do Brasil: sem contar com um Navio-Aeródromo (NAe) efetivamente capaz de operar e possuidora de um número relativamente reduzido de navios em relação à extensão litorânea que se deve proteger, a MB pode ser considerada uma marinha de “águas verdes”, denominação conferida à zona de atuação mais próxima de terra por conta da coloração que essa faixa detém.

Esse panorama implica, naturalmente, que a capacidade de projeção de poder naval brasileiro fica reduzida à área costeira mais próxima do litoral do país. Nesse sentido, não podemos, por exemplo, imaginar a constituição de uma força naval brasileira composta por meios diversos (como NAes, escoltas, navios-tanque e outras belonaves de apoio, por exemplo) que fosse capaz de projetar poder sobre um ponto distante de nossa costa.

Daí, contudo, surge o seguinte dilema: o Brasil possui de fato a necessidade de projetar poder naval para além de sua zona costeira mais próxima? Afinal, o histórico de conflitos em que o Brasil se envolveu é invejável do ponto de vista pacifista. A resposta para essa questão vai um pouco além da postura brasileira no contexto geopolítico mundial atual. Na realidade, devemos começar pela análise do próprio atlântico sul e as alterações que esse cenário sofreu durante as últimas décadas, notadamente no período pós-guerra fria.

Com o advento do mundo multipolar, o atlântico sul continuou a ser uma importante rota a ligar outros oceanos uns aos outros, além de fornecer acesso à costa leste da América do sul e à costa oeste do continente Africano. Por aí circulam rotas vitais de comércio internacional, as quais demonstram a relevância do poder marítimo (ou seja, utilização do mar para atividades

civis) regionalmente. Além disso, a descoberta de novos recursos minerais no leito marinho, principalmente o petróleo do pré-sal, aumentou a relevância estratégica dessa seção do oceano em questão, embora hodiernamente a prospecção esteja inviabilizada por razões econômicas.

Além de objetivos econômicos de ordem direta, os motivos políticos que acarretam a valorização geoestratégica da região estão diretamente relacionados que há do lado oposto do oceano. Os países africanos desse entorno vêm sendo alvo de investimentos estrangeiros em proporcionalidade com sua capacidade de estabilização política, o que em si já é uma oportunidade, para o Brasil, de galgar influência política por meio da utilização de investimentos nesses países, e aí chegamos ao crescimento geral que o chamado “*soft power*” (poder brando) brasileiro vem adquirindo no cenário global multipolar.

Entretanto, uma problemática que assombra boa parte dessas nações, ressaltadas as que se encontram no Golfo da Guiné, é a questão do surgimento de elementos de ameaça assimétrica como opositores não só da manutenção do monopólio de poder pelo Estado, como também da segurança das relações comerciais que se estabelecem com esses países ou das que transitam por suas costas, o que aponta na direção da necessidade prioritária de desenvolvermos a capacidade de dissuadir a atuação de grupos de pirataria, participação essa que seria um grande atrativo da presença brasileira para além de nossa Amazônia Azul, daí advindo a necessidade de projetarmos poder para limites mais distantes.

Outro indicativo que aponta nessa direção de aumento da capacidade de projeção de poder brasileira é o pleito do país de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que, à parte de ser uma possibilidade de elevação exponencial do status quo do Brasil, demanda um grande esforço de reaparelhamento e de renovação de meios e tecnologia para que possamos estar de fato à altura de tamanha responsabilidade.

Todas as possibilidades de expansão da atuação brasileira, quer no cenário político, econômico ou mesmo militar apontam na direção do crescimento do poder naval Brasileiro no Atlântico Sul. Somente o desenvolvimento concreto de meios de projeção de poder sobre localidades distantes de nossa costa poderá dotar o Brasil de formas menos brandas e mais incisivas de atuação que possam constituir um verdadeiro “*hard power*”, a ser empregado em conjunto com sua influência branda sobre outros Estados.

3. A construção de uma esquadra de caráter oceânico como garantia dos interesses brasileiros no Atlântico Sul

Nações cujos interesses marítimos se limitam à sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) especializam e equipam as suas esquadras para o combate de litoral, tendo como características navios com menor autonomia e deslocamento, uma força aeronaval voltada às missões de patrulha e uma frota de submarinos convencionais de menor porte. Tal dotação atende às necessidades estratégicas específicas desse contexto geopolítico e geoestratégico. Contudo, nações que possuem interesses em áreas marítimas de maior extensão e além da sua ZEE devem possuir esquadras equipadas com navios de maior deslocamento e elevada autonomia, força aeronaval embarcada em navios-aeródromos e submarinos nucleares de ataque; esta dotação peculiar deve-se ao fato de que tal força naval deve possuir uma capacidade de longa permanência no Teatro de Operações Marítimo (TOM) sem a necessidade de voltar aos portos por um longo período, a fim de cobrir áreas marítimas de

grande extensão.

Ao analisarmos os interesses brasileiros no Atlântico Sul, constatamos que a Marinha do Brasil deve possuir uma esquadra de caráter oceânico capaz de atuar independente de suporte logístico terrestre por um longo período de tempo, correspondendo, assim, às necessidades táticas e logísticas dos interesses oceânicos brasileiros. Conhecida como marinha de “águas azuis” (em alusão a cor das águas em alto-mar), a esquadra de caráter oceânico deve não só possuir os meios navais e aeronavais para tal, mas também a doutrina necessária para esse tipo de operação. Analisaremos a seguir a doutrina da Marinha do Brasil, a fim de verificarmos se a Força Naval brasileira possui a vocação e as características necessárias para se tornar uma esquadra de caráter oceânico.

De acordo com a Doutrina Básica da Marinha: “O Poder Naval é um componente da Expressão Militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos objetivos identificados na Política Nacional de Defesa (PND) e na Política Militar de Defesa (PMD)”. Isto é, utiliza de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, juntamente com suas bases e posições de apoio e suas estruturas de comando e controle, logística e administrativa, para cumprir com sua missão. A missão da Marinha por sua vez é: “Preparar e aplicar o Poder Naval a fim de contribuir para a defesa da pátria”.

O Poder Naval possui características básicas, como a mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade. A mobilidade é a capacidade de deslocar-se por grandes áreas com elevado nível de prontidão para a qualquer momento ser empregado. A capacidade de operar independente por grandes períodos longe de qualquer base ou porto caracterizam a permanência, que pode ser estendida se tiver meios de apoio logístico móvel. A Força que tem capacidade de operar em diversos cenários, tanto ofensivo quanto defensivo, para combater alvos em ambiente aéreo, com a utilização de Navios Aeródromos e aeronaves da Força Aeronaval; subaquático, com a Força de Submarinos; superfície, empregando os navios escoltas da Esquadra; terrestre, empregando a Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) projetando o Poder Naval sobre terra; cibernético, utilizando-se de medidas e contra-medidas eletrônicas para a guerra eletrônica; eletromagnético. Essa característica, também, possibilita a participação de operações singulares ou conjuntas nacionais e multinacionais. A última dessas características é a flexibilidade, que constitui na organização de grupamentos operativos para cumprimento de diversas missões dependendo da necessidade, utilizando-se de apoio logístico fixo em lugares de interesses estratégicos ou móveis que podem se incorporar a qualquer momento, permitindo que seja empregado o Poder Naval nas mais diversas atividades, como na Diplomacia Naval e também em operações de guerra. Para isso é necessário poder alterar a composição da força a qualquer momento para execução de missões, graduar o poder de destruição de acordo com a necessidade, exercer ameaças além do horizonte, dentre outros.

Para que a Marinha consiga empregar o poder naval, precisa executar três tarefas básicas: controlar áreas marítimas, negar o uso do mar ao inimigo e contribuir para a dissuasão. Essas tarefas são estipuladas na Estratégia Nacional de Defesa (END).

A primeira delas, a negação do uso do mar, consiste em impedir que forças navais estrangeiras explorem ou utilizem as águas territoriais brasileiras sem autorização, assim como dificultar o controle de nossos mares por esquadras inimigas, sendo prioritariamente

executada por submarinos. Além da negação do uso do mar, os submarinos – especialmente os nucleares de ataque – também desempenham a função de contribuir com a dissuasão, pois os mesmos possuem características táticas únicas que lhe conferem o título de arma de dissuasão por excelência. A maneira de ter esse controle sobre o mar territorial brasileiro é neutralizando e destruindo qualquer inimigo que por ventura tente se apoderar dele. Essa tarefa pressupõe um Poder Naval que tem a capacidade de desempenhar o Controle de Áreas Marítimas (CAM). Essa é uma tarefa de segurança com nível inferior ao de controlar a área marítima em questão. Observando então essa área, para que possamos ter o controle e ditar se uma força inimiga tem ou não acesso ao mar. Essa tarefa se reveste de extrema importância, pois ela cria espaço para que o inimigo não consiga desempenhar as tarefas básicas sobre nossos mares. Dessa forma impedindo que essa marinha inimiga não projete seu poder sobre nossas terras, não tenham acesso a portos e estreitos. Esse controle sobre nossas áreas marítimas é realizado, principalmente, por navios escolta – como fragatas e corvetas – e navio-aeródromo dotado de ala aérea embarcada.

A negação do uso do mar, o controle de área marítima e a contribuição para a dissuasão, assim como as características do Poder Naval, são fatores essenciais para a presença e influência brasileira no Atlântico Sul e condições *si ne qua non* para a garantia dos interesses do Brasil nesta vasta área marítima. A doutrina da Marinha do Brasil se adequa às características necessárias para que esta se torne uma marinha de “águas azuis”, servindo como mantenedora da soberania nacional e dos interesses brasileiros no espaço marítimo, seja litorâneo ou em alto-mar. Com a perspectiva doutrinária da Força Naval brasileira como marinha de “águas azuis” já abordada, seguiremos com a análise dos meios navais e aeronavais necessários para esta transformação da MB, através do estudo dos Programas Estratégicos da força.

4. Os Programas Estratégicos da Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil, buscando se tornar mais atuante no cenário do Atlântico Sul, definiu diversos projetos. São eles: Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), Programa de Desenvolvimento de Corvetas, Programa de Obtenção de Navios de Superfície (PROSUPER), Programa de Obtenção de Navios Aeródromos (PRONAE), Programa de Obtenção de Navios Anfíbios (PRONANF) e a Construção do Complexo Naval da 2ª Esquadra. Cada um destes programas procura atender às tarefas estratégicas da Marinha do Brasil, sendo priorizadas de acordo com a hierarquia estabelecida na Estratégia Nacional de Defesa (negação do uso do mar, controle de áreas marítimas e projeção de poder).

O PROSUB é o programa prioritário da Marinha brasileira atualmente. Isto ocorre devido ao fato do submarino ser o tipo de embarcação ideal para garantir a negação do uso do mar por parte de forças adversas. Ele consiste em um acordo franco-brasileiro para a construção de quatro submarinos convencionais (S-BR), baseado no submarino francês Scorpène, e o apoio para a construção do casco do submarino de propulsão nuclear (SN-BR). O contrato assinado entre os países prevê transferência de tecnologia, envolvendo diversas empresas nacionais no processo de nacionalização dos componentes. Com o sucesso deste programa, o país ingressará no seletíssimo grupo que projeta e constrói submarinos de propulsão nuclear. Por se manterem indefinidamente submersos, e se deslocarem com mais facilidade que os convencionais, os submarinos de propulsão nuclear possibilitarão que a Marinha do Brasil possa efetivamente cumprir a tarefa estratégica de negação do uso do mar.

Após o desenvolvimento da Corveta Barroso, está sendo desenvolvida uma nova classe de corvetas baseado no projeto da Classe Barroso. A nova classe, chamada de Classe Tamandaré, será desenvolvida inteiramente no Brasil. O objetivo deste programa é manter o conhecimento adquirido na construção da Corveta Barroso, bem como melhorar o projeto, nacionalizando mais componentes e provendo a força com quatro novos navios escolta modernos. Em conjunto com o PROSUPER, visa a atender à tarefa estratégica de controle de área marítima.

O PROSUPER possui a meta de obter cinco Navios-Patrolha de 1800 toneladas, seis Escoltas de 6000 toneladas e um navio de apoio logístico de 20000 toneladas. De forma semelhante ao PROSUB, as construções das embarcações ocorreriam no Brasil, em uma parceria entre um estaleiro nacional e um estaleiro estrangeiro. A urgência do programa é enorme, considerando o envelhecimento dos atuais meios da Esquadra brasileira. Por estar subordinada à negação do uso do mar na hierarquia estabelecida pela END, os programas relacionados ao controle de área marítima são relegados a segundo plano em relação ao PROSUB, o que os prejudica de sobremaneira em tempos de crise econômica como a que atravessa o país.

O PRONAE visa à construção de um navio aeródromo no Brasil com o apoio técnico de uma empresa estrangeira com ampla experiência em construção desse tipo de embarcação. Além dos interesses inerentes à transferência de tecnologia, o empreendimento em solo brasileiro permite a capacitação de pessoal nacional, permitindo tanto a manutenção quanto futuro projeto de novos navios aeródromos por parte de empresas nacionais. Este projeto reveste-se de relevância, já que o navio capitânia atual (principal navio de uma esquadra), o navio aeródromo São Paulo, se encontra com sérias dificuldades para se manter operativo, necessitando de uma nova aquisição para substituí-lo. A projeção de poder proporcionada por uma embarcação deste tipo é considerável, sendo assim a obtenção de um navio aeródromo um dos objetivos da Marinha do Brasil para cumprir com essa tarefa estratégica.

O PRONANF tenciona a construção no país de navios anfíbios, ou sua compra de oportunidade. A recente aquisição do Navio Doca Multipropósito BAHIA (antigo SIROCO) segue as diretrizes deste plano, que possui finalidade parecida com a do PRONAE, que é a de prover a Esquadra de meios capazes de capacitar à Força Naval a projeção de poder sobre terra, aperfeiçoando os desembarques anfíbios realizados pelo seu Corpo de Fuzileiros Navais.

Conforme a análise da Estratégia Nacional de Defesa, existem duas subáreas de grande valor estratégico para o Brasil, que é a foz do rio Amazonas e a região marítima compreendida entre Santos e Vitória, de onde é extraída a maior parcela da produção nacional de petróleo. Devido às dimensões continentais da costa brasileira, faz-se necessário, portanto, a criação de uma segunda esquadra para manter presença no norte do Atlântico Sul, protegendo a foz do maior rio do mundo, enquanto se mantém a primeira esquadra no Rio de Janeiro protegendo os campos petrolíferos. Deste modo, a Marinha do Brasil iniciou estudos para o estabelecimento de sua segunda Esquadra, bem como de sua segunda Força de Fuzileiros da Esquadra, na região Nordeste. A intenção é criar na região diversas Organizações Militares semelhantes às que aqui já operam. Assim a Força Naval amplificaria significativamente seu poder, tornando-se mais apta a defender sua nação e fortalecendo sua presença no Entorno Estratégico Brasileiro.

5. Considerações finais

A análise da importância do Atlântico Sul para o Brasil e o estudo do entorno estratégico brasileiro atestam a necessidade de adequação da nossa Força Naval às operações em alto-mar, a fim de garantir os interesses do Brasil no Atlântico Sul. A transformação de marinha de “águas verdes” para “águas azuis” se faz necessária em um contexto de mudanças geopolíticas no mundo multipolar pós-Guerra Fria e de afirmação do Atlântico Sul como primeira linha de defesa brasileira, dada a sua importância geoestratégica. Esse processo de transformação engloba tanto o viés doutrinário de emprego tático e estratégico da Força Naval quanto a modernização dos meios navais e aeronavais da MB. A aquisição e operação de meios navais e aeronavais no estado-da-arte e adequados ao combate em alto-mar são de vital importância para a garantia dos interesses brasileiros no Atlântico Sul e a soberania nacional.

Referências bibliográficas

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, **Amazônia Azul - O Mar que nos Pertence**, 1ª edição, Editora Record, 1 de janeiro de 2006.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, **A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro**, Editora Record, 1985.

MAHAN, Alfred Thayer, **Influence of Sea Power Upon History**, 1ª ed., Editora Gutenberg Autentica, 2009.

RUCKS, Jessica Tessaro. **A Geopolítica do Atlântico Sul: A importância da ZOPACAS para o Brasil**. *Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014*. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 147-158.

<http://www.defesanet.com.br/naval/noticia/9456/GEOPOLITICA-DO-MAR--O-Papel-do-BRASIL-na-Protecao-do-Atlantico-Sul/> - acessado dia 03/05/16

BRIGAGÃO, Clóvis. **Atlântico Sul: Área de influência do Brasil**. Rio de Janeiro, 2011. *Mural Internacional*, ano II, nº1, p 16-21.

GONÇALVES, Turíbio. **A estratégia marítima brasileira contemporânea para o Atlântico Sul**, p 249-277.

QUERINO, Jéssica Ribeiro. **Encontro Estadual da Associação Brasileira de Estudos de defesa. Simpósio: A Importância do Controle e da Defesa do Atlântico Sul para o Brasil**. João Pessoa, 2012.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**, São Paulo: Editora Contexto, 2004.

Estratégia Nacional de Defesa. Disponível em

http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf. Acesso em 15 mai. 2016.

ALSINA, João Paulo Soares. **Política externa e política de Defesa no Brasi: síntese imperfeita**, Brasília: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, 2006.